

EDP Privatização, segmentação e liberalização do sector: pecado original da corrupção!

Informamos os trabalhadores da EDP sobre o conteúdo da nota de imprensa do PCP emitida «face às notícias sobre a constituição como arguidos de alguns dos principais responsáveis pela EDP, onde se inclui o Presidente do Conselho de Administração Executivo e ex-ministro do governo PSD/CDS de Santana Lopes - António Mexia - como suspeitos de corrupção nos processos de negociação com o Estado dos chamados CMEC - Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual»:

1- Não seriam necessárias estas notícias, para considerar um crime contra os interesses nacionais, as decisões tomadas por sucessivos governos do PSD, PS e CDS que levaram à segmentação da EDP em EDP produção, EDP comercialização e REN e à sua posterior privatização. Foram essas decisões, juntamente com a constituição de um pretense “mercado” liberalizado de electricidade, a que se seguiu a criação do MIBEL (Mercado Ibérico de Electricidade) que criaram as condições, para as insuportáveis tarifas da energia eléctrica pagas pela população e a economia nacional, e os correspondentes e consequente superlucros alcançados pela EDP e pela REN, de facto lucros monopolistas, a que alguns eufemisticamente chamam “rendas excessivas”.

2- Combatendo desde a primeira hora o processo de privatização da EDP e da GALP, de facto a entrega do sector energético a grupos monopolistas, o PCP alertou para os efeitos perversos desta opção. Com a segmentação da empresa, e preparando a sua privatização, surgiram primeiro os chamados CAE - Contratos de Aquisição de Energia, um por central electroprodutora, que já garantiam superlucros à EDP e a outras empresas electroprodutoras. Em 2004 os CAE, da EDP, foram transformados em Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual - CMEC, supostamente para permitir a negociação e aquisição de energia eléctrica a custos de um (impossível) mercado liberalizado. CMEC, cujo valor foi renegociado, em alta, em 2007, o preço base de referência passou de 36 para 50 Euros!

Os custos, dos CAE (que permanecem para duas centrais electroprodutoras) e dos CMEC (referentes à EDP), são transferidos pela REN e pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para as tarifas pagas pelos consumidores empresariais e domésticos do Sector Eléctrico Nacional. Foi assim que nasceram as chamadas “rendas excessivas”/lucros de monopólio da

EDP e de outras empresas do sector electroprodutor, que integram também, mas não só, os preços bonificados a que é paga a energia eólica, fotovoltaica e de minihídricas. Tudo isto num quadro, onde ao longo dos anos o volume dos lucros alcançados só pela EDP ultrapassou quase sempre em cada ano (2016 não foi excepção) os mil milhões de euros.

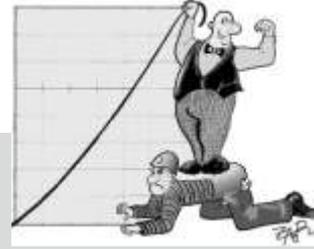
Este “monstro eléctrico” criou as condições propícias para o desenvolvimento de todo o tipo de promiscuidades, negociatas e suspeições que exigem apuramento e uma intervenção rápida da justiça. Mas esta situação tem na sua base um “pecado original”: as decisões e opções políticas de sucessivos governos da política de direita que entregaram um sector estratégico a outros interesses - privados e estrangeiros - que não os nacionais.

3 – Recorde-se neste percurso, os chumbos do PSD, do PS e do CDS a propostas do PCP para ouvir na Assembleia da República o Presidente da EDP sobre os superlucros da mesma e a recusa da Autoridade de Concorrência em escrutinar os lucros das principais empresas de energia (EDP e GALP). Ou a rejeição por parte do PS, PSD e CDS do Projecto de Resolução 449/XI, apresentado pelo PCP, onde, entre outras medidas propunha ao Governo PS/Sócrates que eliminasse as “rendas excessivas” da EDP para baixar a factura da energia eléctrica. Ou mais recentemente, a proposta apresentada no Orçamento do Estado para 2017 de eliminação definitiva até 2019 dos CAE e CMEC, e que foi reprovada pelo PS e PSD, com abstenção do CDS. Mesmo se, apesar de tudo, em sede de OE 2017, tenha ficado estabelecida a obrigatoriedade da ERSE fazer o “ajustamento final” dos CMEC ainda em vigor, até ao fim do 1º Semestre, e determinar o seu montante e impacto nas futuras tarifas. Matéria sobre a qual se reclama a rápida concretização.

CUMPLICIDADES...
Investiguem também porque esperaram mais de 10 anos para investigar as denúncias desde logo colocadas pelo PCP!

4- O PCP exige a extinção dos CAE e CMEC, a par da eliminação de outros “lucros eléctricos excessivos” da EDP e de outras empresas do sector. Assim como exige o necessário apuramento de todas as responsabilidades no plano político e empresarial e da urgente intervenção da justiça até às últimas consequências. Sem prejuízo destas medidas o PCP sublinha que só com a recuperação do controlo público do sector electroprodutor, incluindo a rede de transporte de energia, o investimento no seu desenvolvimento, particularmente no plano das energias renováveis se assegurará a defesa do acesso à energia eléctrica a tarifas adequadas ao nível de vida dos portugueses, às condições da economia, designadamente das pequenas e médias empresas, à criação de emprego e à defesa dos interesses nacionais.

5- Face à gravidade da situação, e ao conjunto de denúncias que agora vieram a público, o PCP não só continuará a intervir em todos os planos para colocar o sector electroprodutor ao serviço do País, como exigirá do governo medidas e opções que ponham cobro a uma situação insustentável para o povo português e para o País.



PS/PSD/CDS chumbam propostas do PCP para revisão do Código de Trabalho e defesa da contratação colectiva

Os trabalhadores sabem bem as dificuldades que lhes têm sido criadas pela Código do Trabalho, particularmente pela degradação da protecção dos direitos laborais garantidos na contratação colectiva. As últimas alterações deram ainda mais força aos patrões, permitindo uma sistemática chantagem sobre a contratação existente. Para o PCP é uma prioridade retirar do Código do Trabalho os seus aspectos mais graves, pelo que apresentou na Assembleia da República uma proposta de lei nesse sentido. Mais uma vez, para proteger os interesses dos exploradores de imediato se gerou uma coligação negativa de PS, PSD e CDS, que chumbaram as propostas apresentadas pelo PCP:

Esta derrota não é no entanto definitiva. Vamos continuar a luta pela alteração do Código de Trabalho e em defesa da Contratação Colectiva. Já em Setembro (cada proposta de lei só pode ser discutida uma vez por sessão legislativa), o PCP voltará a apresentar estas propostas. Para a sua aprovação é no entanto fundamental que cresça a luta dos trabalhadores trazendo essa reivindicação para primeiro plano. Aliás, esse é o segredo da possibilidade de qualquer avanço no actual quadro político: a acção do PCP e a luta dos trabalhadores.



26 Junho 2017

www.dorl.pcp.pt/scae • pcp@pcp.pt

Célula na EDP

Partido Comunista Português

